

# ARQUITECTOS

[www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)  
[www.oasrs.org](http://www.oasrs.org)  
[www.oasrn.org](http://www.oasrn.org)

ANO XV N.º 176

5 SET 2007

# A SUL

## ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

A manutenção do ficheiro de dados dos membros constitui tarefa fundamental da Ordem dos Arquitectos e a sua constante actualização é uma necessidade imperiosa para a boa e rápida prestação de serviços. A actualização dos dados constitui, também, um dos deveres dos arquitectos para com a Ordem, de acordo com o artigo 51.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos.

No sítio da Secção Regional Sul ([www.oasrs.org](http://www.oasrs.org)), é possível, desde há vários meses, proceder, rápida e eficazmente, à actualização dos dados, através de um formulário para o efeito (página de entrada do sítio, na informação «Actualização de dados 'on-line'»). A actualização dos dados pode ser feita, também, na secretaria.

A aproximação das eleições nacionais (realizam-se a 18 de Outubro) é mais um factor para que os membros devam actualizar os dados do ficheiro de membros, de modo a poderem receber atempadamente o seu boletim e exercer o direito de voto. Neste caso específico, a actualização pode ser feita até 14 de Setembro, a data estabelecida para a última actualização dos cadernos eleitorais.

Recorde-se que o ficheiro de membros comporta quatro endereços: residência, ateliê, local de trabalho e endereço de correspondência, sendo que a morada de residência (de preenchimento obrigatório) determina o local do voto. Sempre que uma das moradas for alterada, é favor indicar qual dos campos se pretende actualizar.

Secretaria, 2.ª a 6.ª; das 10 às 19 horas, Tel. 213 241 140/45, Fax 213 241 169

[secretaria@oasrs.org](mailto:secretaria@oasrs.org)



Rui Mendes

## O ARQUITECTO DAS TORRES GÉMEAS SEGUNDO RUI TAVARES

Rodeado de arquitectos, o historiador e escritor Rui Tavares fez o lançamento do seu livro de ficção, «O Arquitecto», a 11 de Julho, no Pavilhão de Portugal. Esta iniciativa foi organizada pelo Pelouro da Cultura da OA-SRS e contou com as presenças do encenador Jorge Silva Melo e dos arquitectos Raul Hestnes Ferreira e Manuel Vicente. O livro é uma peça de teatro sobre Minoru Yamasaki, autor do complexo habitacional de Pruitt-Igoe, em Saint-Louis, implodida em 1972 e das famosas Torres Gémeas, destruídas no 11 de Setembro de 2001. Segundo o autor, é um trabalho sobre «o fracasso, o sucesso e as consequências involuntárias das nossas acções». Fascinante é a evocação de uma personalidade cuja perenidade parece colar-se ao desaparecimento da sua obra.

# NACIONAL

## 659 CANDIDATURAS PARA ARQUITECTURA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Foram publicadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as vagas disponíveis para candidatura aos cursos de Arquitectura no ano lectivo de 2007-2008. No total são 659 vagas distribuídas por 12 cursos, dos quais 4 foram já objecto de adequação no âmbito do Processo de Bolonha.

## FORMAÇÃO EM ACESSIBILIDADE PROGRAMA NACIONAL

DESCENTRALIZAR AS ACÇÕES DE FORMAÇÃO DA ORDEM E PROPORCIONAR AOS ARQUITECTOS UMA ACÇÃO DE FORMAÇÃO EM ACESSIBILIDADE, UMA MATÉRIA COMPLEXA RECENTEMENTE CONSAGRADA NA LEGISLAÇÃO (DL 163/06, DE 8 DE AGOSTO) QUE TEM SUSCITADO DÚVIDAS EM TODO O PAÍS

São estes os principais objectivos do Programa Nacional de Formação para Arquitectos em Acessibilidade e Design Universal, aprovado em 26 de Junho passado pelo Conselho Directivo Nacional (CDN).

### Uma concretização simples e participada

A concretização deste esforço de descentralização da formação depende, agora, das delegações e núcleos. Encontrando-se produzido o conteúdo (acção de formação e respectivos materiais), bastar-lhes-á, através de um sistema prático e simples, realizar as diligências necessárias à concretização da acção no seu espaço geográfico. O CDN assumirá, na íntegra, as despesas associadas à descentralização (deslocação e alojamento do formador) e a produção dos materiais de formação. Além disso, também apoiará a divulgação de cada acção agendada através do portal da Ordem dos Arquitectos e do boletim.

A acção de formação, sobre Acessibilidade e o DL 163/06, tem a duração de dois dias consecutivos (total de 14 horas) e conta com um formador em sala, para um máximo de 20 formandos. As datas disponíveis para agendamento vão de 4 de Setembro a 31 de Dezembro de 2007.

Os membros sedeados em áreas onde não exista delegação ou núcleo poderão associar-se para organizar esta acção.

Cidalina Duarte (secretariado do CDN)

Tel. 213 241 115

[cdn@ordemdosarquitectos.pt](mailto:cdn@ordemdosarquitectos.pt)

Pedro Homem de Gouveia (coordenador pedagógico do Programa)

Tel. 917 32 28 24

[acesso.portugal@gmail.com](mailto:acesso.portugal@gmail.com)

## EM DEFESA DA ARQUITECTURA DO SÉCULO XX ORDEM CONSEGUE FINANCIAMENTO

No seguimento da candidatura ao Programa Cultura 2007-2013, a Ordem dos Arquitectos conseguiu o financiamento para a realização do Projecto “EAP 20 – Arquitectura Europeia do século XX”. O projecto tem como parceiros as seguintes entidades: o Colégio Oficial dos Arquitectos da Galiza, Espanha; Maison de l’Architecture, França; a Universidade de Economia e Tecnologia da Hungria, a Academia de Artes da Estónia, a Universidade de Dubrovnik da Croácia e a Associação para a investigação na área do habitat, de França. Com um orçamento total de 424 mil euros e uma duração de dois anos (Novembro de 2007 a Novembro de 2009), o projecto será partilhado em 50% pela Comissão Europeia.

O projecto consiste em defender e promover a arquitectura europeia do século XX, através de uma exposição itinerante, do intercâmbio de práticas de inventariação de património do século XX, da realização de seminários internacionais, da votação por parte do público para a arquitectura do século XX e da realização de um Fórum final.

Pretende-se que nesse Fórum, a realizar em Portugal em 2009, seja aprovada uma Carta Europeia de Preservação da Arquitectura do Século XX e se divulguem os resultados da votação. O projecto tem como parceiros nacionais a Fundação Serralves, as Câmaras Municipais de Lisboa e Tavira, a Comissão Nacional da UNESCO e a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

## PARECEER DA ORDEM CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Por solicitação do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, a Ordem elaborou um parecer sobre o Código dos Contratos Públicos, diploma que virá regular a contratação de serviços e de empreitadas no âmbito de obras públicas. O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações publicou a 3 de Julho de 2007, para consulta junto das entidades ligadas ao sector das obras públicas, a versão apreciada.

A redacção do Código dos Contratos Públicos apresentada representa um substancial avanço sobre a versão do anteprojecto, em discussão pública em Junho de 2006. Além de revelar intervenção dos agentes do mercado, congratulamo-nos por terem sido nele introduzidas alterações então propostas pela Ordem.

A Ordem tem acompanhado com particular atenção este diploma desde o seu anteprojecto, sobretudo no que concerne aos capítulos referentes aos concursos de concepção com vista a adjudicação de serviços de arquitectura e urbanismo e aos contratos de empreitadas de obras públicas. Entendemos que estes são instrumentos próprios do Estado na promoção de qualidade dos sistemas urbanos, do espaço público e do património construído.

O Parecer está disponível em [www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)

# MANIFESTO CASA DOS CUBOS

A definição da acção da Arquitectura como um direito dos cidadãos e como valor essencial para o desenvolvimento equilibrado das cidades e do território, nomeadamente, na qualidade de vida, coesão social e competitividade, é um valor defendido desde sempre pela Ordem dos Arquitectos.

Este documento procura traduzir as preocupações de uma Ordem dos Arquitectos que se quer descentralizada e aberta a toda a comunidade, mais representativa e próxima dos arquitectos e da sociedade, com base na experiência dos territórios, reflectindo uma visão alargada para a sua organização e competências das diferentes estruturas da Ordem.

### Questões que se colocam:

- Qual é / deveria ser o papel das Ordens Profissionais no actual contexto da sociedade portuguesa e da organização institucional do Estado português?
- Como pode ou deve a Ordem relacionar-se com as entidades reguladoras sectoriais?
- Deve a Ordem posicionar-se enquanto parceiro social?
- Qual o papel da Ordem dos Arquitectos no contexto actual?
- Será este o momento oportuno para promover uma revisão estatutária?
- Qual a pertinência, ou risco, da revisão do Estatuto da OA (EOA) perante a revisão em curso do Decreto 73/73?
- Será razoável retirar perenidade ao EOA?
- O que motiva esta revisão do EOA? Motivações da revisão: identificá-las e saber lidar com elas.

- Será uma revisão estatutária mesmo necessária?
- Haverá novas circunstâncias, a nível nacional, comunitário ou internacional, que imponham uma revisão estatutária?
- O tratado de Bolonha pode impor alterações ao estatuto?
- Apresentará o EOA inconstitucionalidades a corrigir? As inconstitucionalidades que o estatuto possa conter podem obrigar à sua revisão.
- Que lacunas ou incongruências apresenta o actual EOA?
- Que virtudes ou aspectos positivos apresenta o actual EOA?
- Que grau de alteração pretendemos?
- Que tipo de estatuto nos interessa?
- Que modelo financeiro adoptar?
- Que modelo de organização territorial adoptar?
- Que modelo de organização institucional adoptar?
- Como operar a revisão estatutária em face do actual EOA?

### Constatações relevantes

Este movimento para a revisão do EOA partiu da reflexão feita sobre o papel dos núcleos e delegações.

Pontos positivos do actual estatuto:

- Defesa da Arquitectura e dos Arquitectos;
- Definição dos actos próprios da profissão.

Pontos Negativos do actual estatuto:

- Falta de representatividade nos órgãos executivos;
- Desajuste da divisão administrativa;
- Sistema eleitoral que sufraga diversas listas e programas a nível nacional e regional (secções) podendo resultar na eleição de programas que na prática podem ser irreconciliáveis;
- Sistema de aprovação e apreciação de planos de actividades e orçamentos dos órgãos que não espelha a autonomia legitimada em eleições e portanto criadora de conflitos entre os diversos níveis de planos e orçamentos regionais e nacionais;
- Falta de autonomia das secções do ponto de vista económico;
- Diversas interpretações e tomadas de posição decorrentes do actual estatuto;
- Competências sobrepostas entre os vários órgãos sociais.

### A necessária urgência de aproximar a Ordem aos membros e ao território na:

- Resposta por um modelo de secções com diferentes níveis de competências;
- Racionalização dos meios da Ordem;
- Maior disseminação da Ordem no território.

A revisão estatutária no presente momento pode levar ao risco dos actos próprios da profissão serem revistos à luz da revisão de diversos diplomas como o 73/73, o da certificação dos profissionais de urbanismo, da contratação pública de concursos e dos novos regulamentos de edificação. Um novo modelo estatutário pode passar por ter na sua base a representatividade das várias regiões nos órgãos eleitos vinculando os órgãos nacionais.

### Recomendações a ponderar

- A revisão estatutária deve ser precedida de uma avaliação profunda do actual estatuto;
- Deve proceder-se à análise de modelos organizativos de ordens congéneres;
- Os órgãos sociais da Ordem devem dar voz as questões que o exercício da profissão exige e o território impõe para a afirmação efectiva das suas causas de uma forma transversal;
- Contemplar a proporcionalidade, nos órgãos a constituir, de modo a espelhar a diversidade dos arquitectos que exercem a profissão, nomeadamente na sua distribuição territorial;
- As dinâmicas dos Núcleos e Delegações devem reflectir-se na representatividade do Conselho Nacional de Delegados já nas próximas eleições;
- A presente reflexão sobre o Estatuto deve motivar a tomada de posição dos candidatos às próximas eleições relativamente a este mesmo assunto, pelo que será enviada a todos os candidatos que se venham a apresentar às mesmas.

RUI MIGUEL DOS SANTOS SERRANO (7254) E RICARDO MANUEL MARTINS CABRITA (4606)

[arquitectos.estatutos@gmail.com](mailto:arquitectos.estatutos@gmail.com)

[www.arquitectos-estatutos.com](http://www.arquitectos-estatutos.com)

## ALTERAÇÕES AO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO

A ORDEM SOLICITOU A REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PARA MANIFESTAR A SUA PREOCUPAÇÃO QUANTO AO PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO DO DIPLOMA, BEM COMO QUANTO A ALGUMAS SOLUÇÕES NELE CONTEMPLADAS.

Na sequência da aprovação pela Assembleia da República (a 19 de Julho) do Decreto n.º 165/X, que procede a alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, e por estar a aguardar promulgação do Presidente da República, a Ordem apressou-se a pedir a realização de uma audiência. A razão desta iniciativa prende-se com as reservas e preocupações que a Ordem pretende manifestar; quanto ao procedimento de aprovação – a ausência de discussão pública – e

quanto à solução adoptada, em particular por se procederem a alterações ao Decreto-Lei n.º 555/99 sem que se verifiquem as revisões do Decreto 73/73 e do Decreto-Lei n.º 380/99. O ofício enviado também salienta a sujeição a discussão pública do licenciamento de operações de loteamento remetida para regulamento municipal e o facto da simplificação dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas não ter sequência em formas de controlo sucessivo podendo provocar a proliferação de casos de ilicitude urbanística.

«(...) A Proposta de Lei n.º 149/X entrou a 18 de Junho de 2007 e o Decreto n.º 165/X foi aprovado, em votação final global, em 19 de Julho último. Acresce que, quer no âmbito do processo legislativo governamental, quer no seio parlamentar, não se desenrolou qualquer tipo de discussão pública. Ora, mal se compreende que um diploma versando uma matéria tão estruturante como é a da urbanização e da edificação tenha sido aprovado num prazo tão curto e sem realização de um debate alargado. Por outro lado, atendendo ao longo prazo de *vacatio legis* nele previsto (180 dias), torna-se ainda mais incompreensível a pressa com que o mesmo foi aprovado.(...)»

Sendo as operações de loteamento verdadeiros instrumentos de planeamento territorial, a solução em causa contende

directamente com o disposto no n.º 5 do artigo 65.º da Constituição: «É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território».(...)»

Se, por um lado, se procede à simplificação dos procedimentos de controlo prévio, não se intensificam as formas de controlo sucessivo – ao contrário do que vem referido na exposição de motivos da Proposta de Lei apresentada no Parlamento, nomeadamente através da fiscalização durante a execução das obras, o que pode provocar a proliferação de casos de ilicitude urbanística e que, inevitavelmente, redundará num acréscimo de litígios judiciais. (...) Enquanto não se proceder à revisão do Decreto n.º 73/73 (...) uma reforma da legislação sobre urbanização e edificação que esquece o problema da qualificação dos técnicos é, no mínimo, uma reforma incompleta. (...) (...) O diploma mostra-se também desequilibrado quanto à responsabilidade dos diferentes actores no processo de construção. Se, por um lado, alarga o âmbito da responsabilidade dos técnicos subscritores de projectos, designadamente dos arquitectos, é completamente omisso a respeito da responsabilidade civil dos promotores imobiliários e dos construtores. (...)»

# MANDATO 2008-2010 PROCESSO ELEITORAL

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE CANDIDATURAS COM AS LISTAS DE CANDIDATOS ATÉ ÀS 19H00 14 DE SETEMBRO DE 2007

VERIFICAÇÃO PELAS COMISSÕES ELEITORAIS DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS ATÉ ÀS 19H00 18 DE SETEMBRO

AFIXAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS LISTAS E RESPECTIVOS PROGRAMAS ATÉ ÀS 19H00 21 DE SETEMBRO

CAMPANHA ELEITORAL DE 21 DE SETEMBRO A 17 DE OUTUBRO

INDICAÇÃO PELA RESPECTIVA COMISSÃO ELEITORAL DO LOCAL ONDE OS MEMBROS DEVEM VOTAR PESSOALMENTE OU ENVIAR O VOTO POR CORRESPONDÊNCIA ATÉ ÀS 19H00 4 DE OUTUBRO

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA SÓ SERÁ CONSIDERADO, SE RECEBIDO DE ACORDO COM AS REGRAS DEFINIDAS, ATÉ ÀS 19H00 17 DE OUTUBRO

ACTO ELEITORAL ENTRE AS 17H00 E AS 22H00 18 DE OUTUBRO

RECLAMAÇÕES SOBRE EVENTUAIS IRREGULARIDADES VERIFICADAS NO ACTO ELEITORAL ATÉ ÀS 19H00 2 DE NOVEMBRO

DATA PARA NOVA VOTAÇÃO NO CASO DE EMPATE 8 DE NOVEMBRO

TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS ATÉ 13 DE NOVEMBRO DE 2007



# O ESTADO DAS COISAS

INTEGRADO NO PLANO ESTRATÉGICO DEFINIDO E APROVADO EM JANEIRO 2005, O PROJECTO «BASE DE DADOS NACIONAL» NÃO PASSOU DO ESTUDO DE SOLUÇÕES POR NÃO EXISTIR CONSENSO ENTRE OS ÓRGÃO DIRECTIVOS, ESTANDO A AGUARDAR QUE O CONSELHO NACIONAL DE DELEGADOS SE PRONUNCIE.

Os órgãos sociais eleitos para o mandato 2005-2007 definiram no seu programa eleitoral, sufragado pelos membros, um dos sete desafios para o triénio, “Reorganizar os serviços da Ordem de modo a responder mais eficazmente às necessidades dos seus membros e ao bom desempenho das suas missões institucionais” e como décima medida emblemática “montar o serviço de registo de autorias (...)”. Este desafio e objectivo surgiram no anterior mandato associados à certificação dos membros para a qual é essencial uma base de dados de membros da Ordem dos Arquitectos, actualmente inexistente.

Em Janeiro de 2005 numa reunião entre todos os órgãos eleitos foi elaborado e aprovado um Plano Estratégico que deveria servir de referência para as grandes prioridades da Ordem entre 2005 e 2007. Um dos quatro objectivos estratégicos que estruturaram esse Plano tem como título “Unir, Reestruturar e Descentralizar”, sendo a “Base de Dados Nacional” o seu primeiro projecto.

Em Março de 2005, o CDN aprovou um Plano Plurianual de Actividades para o mandato, tendo desde então esse objectivo sido incluído nos Planos de Actividades Anuais do CDN e desenvolvido com vista à sua implementação.

O ano de 2005 foi necessário para reestruturar a rede de equipamento informático do CDN e iniciar a implementação do novo sistema de gestão; na 19.ª reunião plenária do CDN, a 16 de Março de 2006, foi apresentada a Proposta 2 – “Base de Dados Nacional, Cartão Digital e Certificação Digital” elaborada após reuniões com as Secções Regionais que manifestaram interesse na iniciativa, tendo sido aprovada por unanimidade.

A 6 de Junho de 2006, na 22.ª reunião plenária do CDN, foi apresenta-

da a proposta “Regulamento sobre o tratamento de dados pessoais de membros”, debatido na 23.ª reunião Plenária do CDN, e aprovado por unanimidade na 24.ª reunião plenária do CDN, a 18 de Julho de 2006, sendo apreciado, a 23 de Setembro, pelo Conselho Nacional de Delegados e aprovado em definitivo na 26.ª reunião plenária do CDN, a 27 de Setembro de 2006. Sobre este regulamento foi solicitado parecer à Comissão Nacional de Protecção de Dados, que não se pronunciou num prazo de 30 dias, e foi publicado no “Arquitectos Informação” n.º 168, de Janeiro de 2007.

Entretanto foi criada a Comissão de Acompanhamento do Regulamento da Base de Dados, constituída por representantes do CDR Norte, CDR Sul e CDN.

Na 26.ª reunião plenária do CDN, e de acordo com o estabelecido na Comissão de Acompanhamento, foi aprovada por unanimidade a contratação de consultoria especializada para elaboração do documento “Linhas de Orientação” para o Projecto Ordem Digital.

Na 30.ª reunião plenária do CDN, a 4 de Janeiro de 2007, é apresentado o primeiro relatório e são aprovados os objectivos e calendário delineados, sendo a sua análise remetida para a Comissão Executiva e Comissão de Acompanhamento.

Na 31.ª reunião plenária do CDN, a 1 de Fevereiro de 2007, é apresentado o relatório final que virá a dar origem à deliberação da 33.ª reunião plenária do CDN, “Proposta de Implementação do Projecto Ordem Digital”, onde são integradas as sugestões apresentadas pela SRN, aprovada por unanimidade.

A 10 de Abril de 2007 são aprovados por unanimidade em reunião da Comissão Executiva o Programa e o Caderno de Encargos para a “Aquisição de um serviço de desenvolvimento, implementação e manutenção da Base de Dados Pessoais de Membros da Ordem dos Arquitectos”, onde se estabelecem dois cenários técnicos:

Cenário A – Consolidação das actuais bases de dados de membros numa única base de dados de membros;

Cenário B – Consolidação das actuais bases de dados de membros

num sistema integrado, constituído por 3 bases de dados: base de dados da Secção Regional Norte, base de dados da Secção Regional Sul e base de dados dos órgãos nacionais.

Na 34.ª reunião plenária do CDN, o plenário é informado da recepção de 8 propostas e do seu envio para a empresa consultora para elaboração de relatório.

A 2 de Maio o CDR Norte enviou para o CDN um ofício dando conhecimento da sua deliberação de apenas poder aprovar a solução B.

A Comissão de Acompanhamento da Base de Dados e a Comissão Executiva reuniram duas vezes, em 3 e 24 de Maio, para análise das propostas e do relatório; na primeira decidiu-se seleccionar três propostas que respondiam aos quesitos definidos, de forma a colocar algumas dúvidas e negociar os valores indicados; na segunda reunião foram analisadas detalhadamente as três propostas e as diferenças entre cenários técnicos, sendo eliminada uma das três propostas. Por fim foi solicitado ao consultor técnico a elaboração de um parecer final sobre a empresa a seleccionar por apresentar uma melhor proposta e o cenário técnico mais indicado para a OA.

Na 36.ª reunião plenária do CDN, de 5 de Junho de 2007, foi tomada a decisão de adjudicação da proposta para o serviço de desenvolvimento, implementação e manutenção da Base de Dados Pessoais de Membros, de acordo com o cenário A.

O representante da SRN informou que, no caso de ser aprovado o cenário A, alguns membros do Conselho Directivo Regional estariam a ponderar a possibilidade de se demitir. Perante a circunstância e considerando que seria extremamente negativa para a Ordem dos Arquitectos uma demissão por parte dos membros da SRN, entendeu a Presidente propor ao CDN que a decisão ficasse suspensa e fosse enviada para o Conselho Nacional de Delegados, a quem compete estatutariamente, de acordo com o art.º 16.º, alínea c) do Estatuto da OA «resolver os conflitos de competências entre órgãos sociais».

PEDRO MILHARADAS

CDN – PELOURO ORGANIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO



# 1 DE OUTUBRO DIA MUNDIAL DA ARQUITECTURA 2007

*Em Outubro celebra-se a Arquitectura. Um conjunto de iniciativas – encontros, edições, prémios – é apresentado em construção. Nos sites [www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt), [www.oasrn.org](http://www.oasrn.org) e [www.oasrs.org](http://www.oasrs.org) são actualizados os programas das comemorações.*

*No dia 18 de Outubro reúnem as Assembleias Eleitorais. As propostas de candidatura para o próximo mandato dos órgãos sociais serão consultáveis nos sites e entregues em separata com o próximo boletim. Em Outubro, vote para a Ordem.*

## NACIONAL

O APOIO À REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE PANTO GUEDES EM BASELÉIA E AO DEBATE ORGANIZADO PELA DAFNE EDITORA NO PORTO FOI INTEGRADO NAS PROPOSTAS.

### 1 OUT, 18H SEDE NACIONAL, LISBOA SESSÃO SOLENE

(programa a definir) inclui performance de André Guedes e o anúncio dos resultados do prémio «Arquitectar o Ambiente» promovido pela Labicer, patrocinador geral das comemorações. A exposição "Pancho Guedes, An Alternative Modernist" inaugura no dia 29 de Setembro, às 19h, no Museu de Arquitectura da Suíça, em Basileia (ver p. 7). Ao longo do mês são lançadas as edições "Pancho Guedes-Manifestos, Ensaios, Falas, Publicações"; "Catálogo de Fontes Bibliográficas" editadas pelas organizações profissionais de arquitectos em Portugal, 1933/2007; e "Arquitectura Popular dos Açores" - 2.ª edição.



Rúben Dias

### 1 OUT, 21H30 CASA DA CERCA, ALMADA A ESTRANHEZA DE UMA COISA NATURAL

A ARQUITECTURA DE ÁLVARO SIZA FOTOGRAFADA POR JOSÉ MANUEL RODRIGUES Inauguração na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea.

A exposição, já exibida no Centro Português de Fotografia (Porto), estará patente até 25 de Novembro, contando com a parceria institucional da Câmara Municipal de Matosinhos/Centro de Documentação Álvaro Siza e o patrocínio da Legrand.



José Manuel Rodrigues

### 8 OUT, 15H SEDE NACIONAL PRÉMIO MOBILIDADE 2007

Publicação dos resultados da edição de 2007 do prémio de Arquitectura, previsto no protocolo de Cooperação celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Ordem dos Arquitectos, que visa distinguir o melhor estudo ou projecto, sob o tema geral da mobilidade.

A exposição dos trabalhos candidatos é inaugurada a 30 de Outubro.

prémio mobilidade 2007

### 11 > 12 OUT MATOSINHOS FÓRUM EUROPEU DE POLÍTICAS DE ARQUITECTURA

O Fórum realiza-se de seis em seis meses no país que detém a presidência da União Europeia (UE), consistindo numa plataforma de debate sobre políticas de arquitectura entre as várias entidades europeias (governamentais, culturais e profissionais) que têm a responsabilidade de promover a arquitectura nos respectivos países.

### 12 OUT, 14H30 AUDITÓRIO FERNANDO TÁVORA, FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO ARQUITECTURA DO RENASCIMENTO EM PORTUGAL. EXISTIU?

Sessão de debate promovida pela Dafne Editora, por ocasião do lançamento do 11.º livro da colecção "Sebentas de História da Arquitectura Moderna", com a participação de Alexandre Alves Costa, Jorge Correia, Marieta Dá Mesquita, Marta Oliveira, Paulo Pereira, Rafael Moreira, Walter Rossa e Domingos Tavares.



### 13 > 14 OUT MATOSINHOS ENCONTRO CIALP

Encontro e Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP). O encontro, encadeado com o Fórum Europeu de Políticas de Arquitectura realizado no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, perspectiva uma ligação entre a Europa e o espaço lusófono, com particular relevância para o Brasil e África.



### 26 OUT SEDE NACIONAL, LISBOA PRIMEIRO ENCONTRO DAS POLÍTICAS DA ARQUITECTURA E DA PAISAGEM

Reflexão e debate no decurso da implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Os temas programados detêm-se no papel dos valores da arquitectura e da paisagem, designadamente, no desenvolvimento regional (painel 1), no território turístico (painel 2) e nas boas práticas de ordenamento por parte dos municípios portugueses (painel 3).

### 30 OUT AEROPORTO DE LISBOA PRÉMIO «ARQUITECTAR O AMBIENTE»

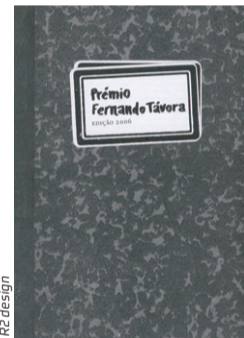
Inauguração da mostra dos trabalhos candidatos ao prémio promovido pela Labicer, patrocinador geral das comemorações.

living surface VITRAKEM<sup>®</sup>  
by LABICER

## A NORTE

### 1 OUT, 22H SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS A TERCEIRA EDIÇÃO DO PRÉMIO FERNANDO TÁVORA

Ao lançamento da 3.ª edição do Prémio Fernando Távora seguir-se-á a apresentação de Sílvia Benedito, vencedora da 2.ª edição, com a proposta "Quadrícula Emocional – Um Urbanismo Híbrido entre Natureza e Arquitectura nas cidades Atlânticas Portuguesas do Séc. XVI", um relato do percurso de viagem que passará pelas cidades da costa do Brasil (Natal, Olinda, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos), Ilhas da Madeira (Funchal) e Açores (Ponta Delgada).



R2 design

## A SUL

### LEGAR UMA ARQUITECTURA LIVRE DE EMISSÕES DE CARBONO

A Secção Regional Sul está a preparar as comemorações do Dia Mundial da Arquitectura. A programação, que será divulgada em [www.oasrs.org](http://www.oasrs.org), segue o repto da União Internacional dos Arquitectos (UIA) que escolheu, este ano, o tema «Legar uma arquitectura livre de emissões de carbono».

Está a ser preparado um sítio na Internet onde os membros podem candidatar trabalhos da sua autoria, dentro da linha programática definida, para integrarem uma exposição no decorrer das comemorações.

A UIA quer evidenciar «a radical tomada de consciência de uma urgência ecológica para os arquitectos», convidando todos os países e as suas organizações profissionais a organizar um programa de manifestações sob este lema.

De acordo com o organismo internacional, o Dia Mundial é uma oportunidade para destacar o papel dos arquitectos na «redução drástica das emissões de dióxido de carbono na concepção, construção e preservação das habitações e das cidades».

A UIA recorda que «50 por cento das emissões daquele gás provêm dos sectores da construção e dos transportes». Assim, refere, «a mobilização mundial dos arquitectos é crucial no sentido de transmitir às gerações futuras um património construído e ambiente urbano que não comprometa o futuro do planeta e o seu clima de forma irreversível».

## A Estranheza de uma coisa natural A Arquitectura de Álvaro Siza fotografada por José Manuel Rodrigues

José Manuel Rodrigues, a convite da OA, regressou a algumas das obras que já antes tinha registado e visitou outras que ainda não tivera oportunidade de fotografar. No final do trabalho propôs a realização de uma exposição a partir dessas imagens; uma selecção de dez fotografias reveladas e ampliadas em grande formato. Uma outra forma de ver a obra de Álvaro Siza – um momento que se torna permanente, uma ilusão de espaço que poderá vir a ser mais presente que a própria arquitectura. A esta exposição demos como título uma frase de Álvaro Siza, na conversa com Eduardo Souto Moura, a propósito da sua obra e da reacção das pessoas aos seus trabalhos e que a objectiva de José Manuel Rodrigues parece confirmar.

## Arquitectura do Renascimento em Portugal. Existiu?

Quando surgiu em Portugal a figura do arquitecto? Quando apareceu no nosso quadro de produção arquitectónica um artista de concepção trabalhando no plano puramente intelectual? Será que foi no ambiente do fazer obra nova para a dignificação do rei, do reino, da sociedade urbana e burguesa saída da Revolução de 1383, consolidada nos séculos que se seguiram através do progressivo alargamento das instituições do estado representadas na casa real sob controle administrativo centralizado? A questão que se coloca é a da formação de um entendimento modificado para a arquitectura portuguesa, focalizada na importação de uma atitude intelectual de autor como a definiu Leon Battista Alberti, numa concepção global das formas sob o tema da linguagem recuperada da antiguidade greco-romana. Arte liberal por oposição à tradição das artes mecânicas em que se inseriam os construtores da época precedente. Existiu em Portugal um processo original, na linha do primeiro renascimento, anterior à atitude maneirista?

O código das artes renascentistas, saído do espaço artístico focalizado em Florença, passou de um momento precoce de natureza humanista para a consolidação do domínio formal abstracto. Isso aconteceu longe da humanidade original dos programas que motivaram Fillipo Brunelleschi e outros autores da primeira geração até atingir, nos livros de Serlio e Vignola, níveis de um formalismo exacerbado, já dito maneirista. Se os nossos artistas dessa época copiaram de Serlio, fascinados pela moda «serliana», haverá ainda oportunidade de considerar o seu comportamento como o de autênticos renascentistas numa atitude de natureza humanista à maneira clássica? Um debate promovido pela Dafne Editora.

www.dafne.com.pt

## Mais um Encontro CIALP

Este encontro, encadeado com o Fórum Europeu de Políticas de Arquitectura (FEPA) realizado no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, perspectiva uma ligação entre a Europa e o espaço lusófono, com particular relevância para o Brasil e África, no que diz respeito às preocupações, desejos e expectativas dos arquitectos e seus representantes. Apesar de inquestionável a relevância da Europa no exercício profissional dos arquitectos nacionais, o espaço lusófono, tanto culturalmente como profissionalmente, representa hoje um inegável passado, um activo presente e um promissor futuro. Se, para alguns de nós, o universo da lusofonia é principalmente a memória cultural e familiar ou mesmo a génese profissional, para outros mais jovens é uma oportunidade para a cooperação ou a aventura comercial. Também a compreensão da arquitectura nacional contemporânea, como vimos no recente IAPXX, necessita de uma visão retrospectiva integradora do que foi a actividade dos arquitectos nacionais neste espaço lusófono, onde as oportunidades e as experiências foram tão inspiradoras. Para todos a OA deve enquadrar uma resposta institucional. Assim, o CIALP é, enquanto conjunto de organizações profissionais, o fórum mais indicado para alcan-

çar e unir os profissionais destes países falantes da língua portuguesa. A especificidade, que advém da língua e cultura comum, que nos une a estes países, está presente na produção do espaço e da arquitectura, e assume-se como basilar no diálogo entre os vários profissionais. Mas, neste mundo cada vez mais globalizado, as estratégias de internacionalização dos arquitectos passam, necessariamente, não só por um diálogo e respeito inter-cultural como também pelas pontes criadas entre organismos profissionais. A OA pretende assumir-se activamente como parceiro fundamental para uma aproximação entre a Europa e os países que se integram no CIALP, incluindo-se na ordem de trabalhos as questões fundamentais da formação académica e profissional, bem como o reconhecimento mútuo das capacidades profissionais que possibilitam o livre exercício profissional individual ou em parceria local em países terceiros. Internacionalmente, é cada vez mais evidente que o CIALP possui espaço e importância no seio de outras organizações internacionais como a União Internacional dos Arquitectos (UIA) ou o Conselho de Arquitectos da Europa (CAE), pelo que se impõe a sua continuação e a dedicação de todos nós a este projecto comum.

A OA têm vindo a defender para o CIALP um rumo sólido, sustentável e dinâmico. A sua acção deve ser baseada em objectivos e programas que sirvam as várias associações membros, mas também os legítimos interesses individuais dos seus arquitectos. Os temas do património, da produção arquitectónica, do turismo (como recurso ao desenvolvimento integrado) podem vir a garantir uma continuidade cultural ao CIALP. Contudo, poderá ser o reconhecimento da formação académica e complementar ou o reconhecimento profissional, possivelmente de mais difícil consenso, a sistematizar uma estratégia de futuro e caracterizar a relevância internacional deste conse-lho.

O espaço escolhido para este evento tem uma capacidade reduzida pelo que será dada preferência às delegações convidadas e convidados internacionais, em detrimento dos observadores nacionais, sendo dada prioridade à publicitação dos resultados no boletim e no site. Dentro do possível, esperamos por todos neste encontro.

PEDRO GUILHERME

## PRIMEIRO ENCONTRO DAS POLÍTICAS DA ARQUITECTURA E DA PAISAGEM

O Encontro decorrerá no final do mês de Outubro, integrando o programa do Dia Mundial da Arquitectura. Dirige-se essencialmente a arquitectos, decisores políticos das administrações local e do Estado, mas é aberto também a outros técnicos, cidadãos e organizações públicas e privadas com interesse e actuação no território. Esta é uma iniciativa importante para a reflexão e o debate de temas essenciais no decurso da implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Assembleia da República numa sessão plenária no dia 5 de Julho de 2007. O PNPOT contempla as directrizes e orientações fundamentais de um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas estratégicas em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais, em relação às quais o papel dos arquitectos se afigura como essencial, em articulação com políticos e outros técnicos. O PNPOT deverá também servir de referência aos programas operacionais no âmbito do actual quadro de apoio comunitário, em vigor entre 2007 e 2013.

No Encontro os temas programados detêm-se no papel dos valores da arquitectura e da paisagem, designadamente, no desenvolvimento regional (painel 1), no território turístico (painel 2) e nas boas práticas de ordenamento por parte dos municípios portugueses (painel 3). Justifica-se a participação de diferentes responsáveis políticos e técnicos nestes painéis de discussão, sendo uma oportunidade de confronto sobre a necessária articulação entre os sectores que convergem no território nacional. A realização decorrerá no auditório da sede nacional, em Lisboa, e confere certificado a todos os participantes inscritos.

JORGE MANGORRINHA

## FÓRUM DE MATOSINHOS: O ELO QUE NÃO SE QUEBROU!

Como tem sido descrito em anteriores artigos neste Boletim, a Ordem dos Arquitectos está a organizar a próxima edição do Fórum Europeu de Políticas de Arquitectura (FEPA) a realizar-se em Matosinhos nos dias 11 e 12 de Outubro. O facto de o Fórum realizar-se sem interrupção há oito semestres, confirma a pertinência deste evento, enquanto espaço aberto à partilha de experiências no campo das políticas de arquitectura, entre os vários Estados-membros da UE.

O Fórum de Matosinhos assegura assim a continuidade do FEPA, não quebrando o elo de ligação entre a presidência Alemã e a presidência Eslovena, permitindo à França, daqui a um ano, apostar forte no décimo Fórum com um amplo impacto na política cultural da UE.

A expressão Política Nacional de Arquitectura (PNA) continua a ser um enigma para muitos portugueses, o que não sucede na maior parte dos Estados-membros da UE. Podemos descodificar a PNA como sendo uma política pública - conjunto de acções colectivas voltadas para a garantia dos direitos sociais - empenhada na melhoria do ambiente edificado - a arquitectura dos edifícios (espaço privado) e do espaço público (espaço colectivo). Esperemos que o FEPA em Matosinhos consiga ter repercussões de modo a reforçar o movimento iniciado pelo actual Governo ao comprometer-se na concretização de uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem para Portugal.

JOÃO FERREIRA BENTO

*http://arquitectos.pt/?no=202018656,107*

## POLÍTICA DE ARQUITECTURA E ESPAÇO PÚBLICO

No passado dia 5 de Julho, a Assembleia da República aprovou o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), com os votos favoráveis do PS e do PSD, os votos contrários do PCP, do Bloco de Esquerda, e de Os Verdes, e a abstenção do CDS. Embora a responsabilidade da sua elaboração tenha recaído no Governo, não é demais insistir no facto de o PNPOT ser um programa nacional. Com efeito, nele se espelham as expectativas de desenvolvimento do território nacional, visualizadas não apenas pelos diversos órgãos de gestão territorial – situados na administração central do Estado, nas regiões autónomas ou nos municípios –, mas também pelos cidadãos e pelas associações representativas dos seus interesses. Todos tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre as medidas de desenvolvimento territorial a consagrar no PNPOT e de todos agora se espera o devido contributo para a concretização dessas mesmas medidas.

A Ordem dos Arquitectos (OA) participou activamente na comissão representativa da sociedade civil que acompanhou a elaboração do PNPOT. Coerentemente com reivindicações formuladas pelo menos desde 1996, ano de conclusão do Livro Branco da Arquitectura e do Ambiente Urbano em Portugal, a OA bateu-se pela consagração da política de arquitectura no texto do PNPOT. Os pontos de vista por ela defendidos mereceram o acolhimento do Governo e assim se explica que no texto aprovado pela Assembleia da República se afirme que:

*A Arquitectura constitui uma actividade fundamental na qualificação e valorização do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural. A qualidade arquitectónica, em meio urbano ou rural, representa, assim, um importante factor de desenvolvimento dos territórios e de qualidade de vida dos cidadãos.*
*(Decreto da Assembleia da República n.º 142/X, Diário da Assembleia da República, II Série A, n.º 118, de 24 de Julho de 2007: p. 193)*

Daí que, entre as medidas prioritárias destinadas a proteger e valorizar as paisagens e o património cultural, o PNPOT preveja:

*Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional*

## Arquitetura e Paisagem: a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013).

(idem, p. 243)

*de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013).*

A finalizar as anteriores citações, registe-se que o PNPOT confia o desenvolvimento da Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem (PNAP) aos níveis regional, através dos planos regionais de ordenamento do território, e local, através dos planos municipais de ordenamento do território (*idem*, p. 261).

Com estas orientações, o PNPOT constitui um ponto de viragem na atitude até agora mantida pelos sucessivos Governos Constitucionais face à arquitectura contemporânea: um distanciamento prudente que só não se confunde com um completo alheamento porque, de quando em quando, os deveres do Estado impõem, entre nós, o público reconhecimento do valor que este ou aquele arquitecto português já granjeou no estrangeiro.

Apesar da Constituição da República Portuguesa (*artigo 66.º, n.º 2, alínea e*) afirmar que ao Estado, em colaboração com as autarquias locais, incumbe promover a qualidade arquitectónica das nossas povoações, não dispomos de uma direcção-geral da arquitectura – tal como sucede em Espanha, França e Itália –, nem até agora nos abalançamos a estabelecer uma política pública de arquitectura, tal como sucede em todos os países da Europa Central e do Norte. Neste ponto, o PNPOT constitui a promessa de que vamos abandonar a triste companhia que, no âmbito da Europa dos Quinze, temos mantido com a Grécia.

Contudo, não se pense que a consagração oficial da PNAP constitui, por si só, garantia infalível do futuro sucesso de quaisquer políticas nacionais, regionais ou municipais de arquitectura. As forças que se têm oposto, passiva ou activamente, a essa política podem ter sido vencidas, mas estão longe de estar convencidas. Em abono deste diagnóstico consulte-se o Google para verificar que neste motor de pesquisa a expressão “política de arquitectura”, restringida aos sites pt, apenas dá acesso imediato a 15 páginas, o que julgamos ser muito pouco face aos dez anos que a OA gastou a reivindicar, como maior ou menos insistência, a consagração dessa mesma política. A magreza destes números justifica um certo desencanto, que mais se acentua quando damos conta que essas páginas ou são da autoria directa da OA ou foram induzidas por eventos da sua iniciativa. Ao que parece, a política de arquitectura não vende e talvez por isso seja tão difícil de a encontrar fora da Ordem, mesmo nos lugares à partida mais evidentes, como seja o caso das revistas especializadas em arquitectura.

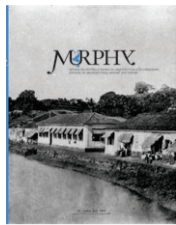
Perante este panorama, haverá quem olhe para a consagração da política de arquitectura no PNPOT e veja nela uma vitória pírrica da OA. Não julgamos ser esse o caso. Para além da consagração oficial, a política de arquitectura – em Portugal, como na restante Europa dos Quinze e na União Europeia alargada – deve a sua existência à necessidade de revalorizar o espaço público como lugar formação cívica. Nesta perspectiva, muito, ou quase tudo, está por fazer entre nós. Há dias, alguém que corrigiu provas escritas de português (Português B) do 12.º ano de escolaridade, dizia-nos, entre escandalizado e estupefacto, que, em cerca de 200 alunos, apenas um tinha argumentado em favor do espaço público, à luz do seguinte texto:

*Ao longo da vida, a tendência é para as pessoas passarem cada vez mais tempo sozinhas e fechadas dentro das suas casas, transformadas em verdadeiras «torres de marfim». A maneira como se acumulam bens físicos e se procura melhorar os espaços domésticos reflecte em cada vez maior alheamento em relação ao espaço público colectivo, que raramente é pensado como um bem comum.*
*(Teresa Alves, «Territórios do Nada entre a Esperança e a Utopia», in Lisboa Capital do Nada. Marvila, 2001, Lisboa, Extra)Muros[associação cultural para a cidade, 2002].*

Todos os outros tinham concordado com a autora citada e louvado o conforto das respectivas torres de marfim...

FERNANDO GONÇALVES





## O n.º 2 DE MURPHY

A 12 DE SETEMBRO  
EM COIMBRA

A publicação da Imprensa e do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, dirigida pelo historiador Paulo Varela Gomes, vai ser lançada no dia 12 de Setembro, pelas 18h30, no Departamento de Arquitectura da Universidade (Colégio das Artes, Largo de D. Dinis, Coimbra). O evento faz parte da programação da abertura oficial do ano escolar. MURPHY publica ensaios sobre a história do universo construído e projectado de matriz portuguesa e sobre a teoria da arquitectura do passado e contemporânea. Tem distribuição internacional gratuita que inclui os centros de excelência mundiais em matéria de arquitectura, urbanismo e história da arte.

Autores e temas do segundo número: Nuno Senos, obras de João de Castilho e Miguel de Arruda na Batalha, ou a Batalha renascentista; Giuseppina Raggi, a grande decoração com arquitecturas pintadas nas igrejas portuguesas do Brasil; Alice Santiago Faria, a história de Pangim (Goa, Índia) desde a fundação, no final do séc. XVIII, até aos anos 20 do século passado – uma fotografia antiga da cidade ilustra a capa azul de MURPHY n.º 2; André Tavares, o primeiro projecto para o mercado de Ovar, de Januário e Manuel Godinho, ou os caminhos da “construção” moderna em Portugal; Joana Brites, os Jerónimos na exposição do Mundo Português e o discurso oficial da época; José Capela, conceptualismo em arquitectura.

O volume é completado por uma série de recensões bibliográficas sobre livros recentes, portugueses e estrangeiros, dentro das temáticas tratadas pela revista. A produção do n.º 2 de MURPHY contou com o imprescindível apoio de várias pessoas e entidades, com destaque para a Parque Expo, SA. MARIA HELENA BARREIROS REVISTA MURPHY, EDITORA-ADJUNTA Revista de História e Teoria da Arquitectura e Urbanismo / Journal of Architectural History and Theory [www.uc.pt/murphy](http://www.uc.pt/murphy)



## ANTÓNIO RODRIGUES RENASSIMENTO EM PORTUGAL

Autor: Domingos Tavares  
Coleção: Sebentas de História da  
Arquitectura Moderna  
Dimensões: 15x22,5cm, 140 p.  
Porto, Outubro 2007  
ISBN: 978-989-95159-3-2  
PVP (IVA incluído): €10

Dedicado a um arquitecto sobre o qual pouco se sabe, mas sobre o qual se pode dizer ter sido o primeiro arquitecto português de base científica. Outros se destacaram na geração de quinhentos, mas foi Rodrigues, um leitor crítico dos conceitos formulados nos tratados maneiristas que correram na sua época, a propor o primeiro tratado de arquitectura de autor escrito em português.

Organizou os princípios de uma sintaxe clássica erudita submetida ao controle da composição pela razão, colocando o rigor geométrico e a expressão do essencial acima dos efeitos decorativos que tão fortemente caracterizaram a época anterior. Além de que continua a ser apontado como o autor de uma das mais maravilhosas obras da arquitectura ocidental, a capela das Onze Mil Virgens anexa à igreja do convento franciscano de Santo António em Alcácer do Sal. Em Portugal, como em outros estados da Europa mediterrânica, a progressiva consolidação de um sistema político assente na gestão centralizada da coisa pública sob a autoridade do rei, favoreceu a solidez da monarquia católica e levou a que a produção arquitectónica integrasse com o mesmo peso os monumentos religiosos sempre sob patrocínio régio e as outras iniciativas de natureza civil imbuídas da mesma preocupação de conferir dignidade ao estado. Nas primeiras décadas do ciclo edificatório empreendido pela monarquia burguesa, foram os construtores integrados no sistema produtivo medieval que sob tutela dos príncipes deram corpo ao desejo de edificar. Depois surgiram estudiosos intelectuais a dar outro rumo à arquitectura.

Dafne Editora  
Rua do Breiner 201, 4050-126 Porto  
Tel./Fax 222 005 579  
[dafne@dafne.com.pt](mailto:dafne@dafne.com.pt)/[www.dafne.com.pt](http://www.dafne.com.pt)

## A DECORRER

### CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA FUTURA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTIMÃO

Entidade promotora: Junta de Freguesia de Portimão  
Assessoria técnica dos serviços de concursos da OA-SRS

O concurso tem por finalidade seleccionar a melhor proposta de solução para a elaboração do projecto de remodelação do edifício da futura Sede da Junta de Freguesia de Portimão. Desde o ano de 1977 que os serviços da Junta de Freguesia estão sedeados na ala Este do edifício do Colégio dos Jesuítas de Portimão, funcionando os serviços de atendimento ao público no rés-do-chão e os serviços técnicos, que englobam o gabinete da freguesia e o posto público de Internet, no primeiro andar – o que dificulta, seriamente, o acesso público a pessoas com mobilidade condicionada. Atendendo à dimensão da freguesia e ao número de cidadãos nela residentes, a Junta defronta-se com grandes dificuldades para corresponder eficazmente às solicitações que, diariamente, lhe são apresentadas quer pela população mais jovem, quer pela mais idosa. Assim sendo, e porque o executivo entende que os portimonenses merecem ver satisfeitas as suas mais elementares necessidades, deliberou promover o presente concurso a fim de obter uma sede dotada de espaços funcionais que, nas várias vertentes, dignifique a freguesia e os seus utentes.

O concurso é público, de uma só fase, está sujeito a anonimato e podem concorrer equipas projectistas constituídas, quer por profissionais independentes, quer por empresários em nome individual, quer por sociedades, por si ou em associação, devendo a coordenação técnica dos estudos ser, obrigatoriamente, assumida por um arquitecto.

O júri do concurso será presidido por um representante da Junta de Freguesia de Portimão, e integrará vogais indicados por cada uma das seguintes entidades:

Um Engenheiro designado pela Câmara Municipal de Portimão;  
Um Arquitecto designado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico;  
Um Arquitecto designado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;

Um Arquitecto designado pela Ordem dos Arquitectos. Serão atribuídos pelo júri os seguintes prémios, nas condições do regulamento do concurso:

- 1.º Prémio € 15.000
- 2.º Prémio € 10.000
- 3.º Prémio € 6.000
- 4.º Prémio € 3.750
- 5.º Prémio € 2.500

Aos autores dos restantes trabalhos, que se distingam pela sua singularidade, poderão ser atribuídas menções honrosas de natureza não pecuniária.

[www.oasrs.org](http://www.oasrs.org) (Menu Concursos)

### PRÉMIO MOBILIDADE 2007

Um prémio de Arquitectura, previsto no Protocolo de Cooperação celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Ordem dos Arquitectos, que visa distinguir o melhor estudo, projecto ou plano de arquitectura, sob o tema geral da mobilidade. Uma das principais inovações do Decreto-Lei 163/06 é alargar o âmbito da sua aplicação aos edifícios habitacionais, introduzindo um conjunto de normas de maior exigência, dimensão, complexidade e abrangência. Pretende-se, com o concurso, reunir um conjunto amplo e diversificado de soluções teóricas (exemplos de projectos) que possa servir de base para a reflexão ou inspiração do sector da construção, já a partir de 2008.

#### Programa

Localização: lote urbano, com 260m<sup>2</sup> de área (26m de frente e 10m de profundidade). Não se especifica o contexto urbano. O concorrente pode caracterizá-lo (por exemplo, colocando nos lotes adjacentes os edifícios que desejar). A rua possui 4% de declive, e um passeio adjacente com 2,5m de largura.

Edifício de habitação colectiva, organizado em 4 pisos: 1 piso para garagem; 1 piso térreo com loja e 2 pisos com habitação, havendo em cada piso 1 T2 e 1 T3. As respostas às dúvidas são facultadas no site da Ordem até 7 de Setembro e as propostas devem dar entrada nas sedes até às 17h de 17 de Setembro. [cultura@ordemdosarquitectos.pt](mailto:cultura@ordemdosarquitectos.pt) [www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)

### ADVANCED ARCHITECTURE CONTEST – 2.ª EDIÇÃO

No âmbito do programa de investigação do «Master en Arquitectura Avanzada, Instituto de Arquitectura Avanzada de Cataluña» ([www.iaac.net](http://www.iaac.net)) dirigido por Vicente Gualart, o Concurso baseia-se no conceito «self-fab house» - auto-construção de habitação, em particular com recurso a tecnologias digitais. A inscrição de estudantes e jovens profissionais, de qualquer idade, é gratuita e decorre até ao mesmo dia da entrega de Propostas, 17 de Setembro. As propostas só são aceites quando entregues via e-mail, num total de 3 documentos pdf formato DIN A3. [www.advancedarchitecturecontest.org](http://www.advancedarchitecturecontest.org)

### PARA JOVENS ARQUITECTOS CONCURSO SALÃO IMOBILIÁRIO DE LISBOA

A Associação Industrial Portuguesa (AIP) promove o concurso de ideias «Intervenção no núcleo histórico de Deiras», que se destina a participantes com menos de 35 anos à data da entrega das propostas e diz respeito a uma parcela de terreno naquele local. É um terreno com 13.260m<sup>2</sup>, uma «parcela de terreno expectante» situado entre a Rua da Costa, a Rua das Alcássimas, a Rua Cândido dos Reis e a Avenida de Copacabana. Está prevista a atribuição de um primeiro prémio e de três menções honrosas e os projectos

apresentados vão estar expostos no Salão Imobiliário de Lisboa, organizado pela AIP, que se realiza de 24 a 28 de Outubro no Parque das Nações.

O júri é presidido por Rolando Borges Martins, actual presidente da Parque Expo, e composto ainda por Gilberto Jordan, os arquitectos Mário Sua Kay e Vasco Massapina, por Leonel Fadigas e por dois membros a designar (um pela Ordem dos Arquitectos e outro conjuntamente pela Ordem e pela AIP).

Para o melhor projecto de arquitectura está previsto um prémio de 6.000 mil euros e 2.500 euros para as três menções honrosas. Estes prémios serão entregues a 24 de Outubro. O processo do concurso é fornecido no prazo máximo de um dia desde a recepção do pedido por escrito e tem um custo de 50 euros (IVA incluído).

As propostas podem ser entregues até 10 de Outubro.

*Informações, processo do concurso e documentos complementares Associação Industrial Portuguesa Feira Internacional de Lisboa, Rua do Bojador – Parque das Nações Lisboa Tel. 218 921 500 (dias úteis, 9h-18h)*

### CONCURSO INTERNACIONAL DE FOTOGRAFIA NIEMEYER 100 ANOS

Aberto no âmbito das Comemorações dos 100.º aniversário do arquitecto, membro honorário da Ordem. As fotografias totalmente inéditas, com técnica livre, têm obrigatoriamente por tema as obras de arquitectura de Niemeyer e devem ser enviadas até 30 de Outubro. [www.niemeyer-madeira.com](http://www.niemeyer-madeira.com)

### PRÉMIO INTERNACIONAL PROJECTO FINAL DE CURSO DE ARQUITECTURA

O Prémio, promovido pelas empresas “ACXT Arquitectos” e “IDOM Engenharia”, tem como objectivo fomentar, entre os estudantes de arquitectura, a investigação e a reflexão sobre novos esquemas e aproximações ao presente contexto cultural, pretendendo incentivar o trabalho sobre aspectos tão relevantes como a revolução digital, a sensibilidade ecológica, a multidisciplinaridade, o papel da gestão do conhecimento, a inovação ou a globalização. Será atribuído, pelo Júri, um Prémio, no valor pecuniário de 5.000 euros, ao melhor trabalho apresentado, por cada uma das seguintes áreas:

- O problema da implantação na NATUREZA. Os recursos limitados, a energia, o bioclima, a sensibilidade ecológica, sustentabilidade e meio ambiente, arquitectura e paisagem.
- As NOVAS FERRAMENTAS de representação e de concepção da arquitectura. Do papel ao vídeo. A animação como novo suporte e método de expressão técnica e criativa. O processo interdisciplinar do trabalho em equipa, a integração e gestão de dados.
- Técnicas para materializar e CONSTRUIR O ESPAÇO físico habitável. Habitat e tecnologia, engenharia e conforto. A globalização e a necessidade das

tecnologias intermediárias.

Os premiados serão ainda convidados para a realização de um estágio nos estúdios da ACXT-IDOM.

O Júri será constituído por: Prof. Doutor Iñaki Abalos, (Arquitecto, Catedrático de Projecto da Universidade Politécnica de Madrid); César Azcárate (Arquitecto, Sócio ACXT); Thomas Krens (Director Geral da Fundação Solomon R. Guggenheim); Doutor Jesus Llamazares (Arquitecto, Sócio ACXT); Doutor Jesus Quintana (Arquitecto, Director da Fundação Rafael Escola, Responsável I&D); Jesús Maria Susperregui (Arquitecto, Sócio Director ACXT); António Villanueva (Engenheiro Industrial, Responsável pelo Departamento de Sustentabilidade da IDOM); Anaxu Zabalbeascoa (Historiadora e Jornalista). Poderão candidatar-se ao Prémio todos os Projectos Finais de Curso, apresentados em qualquer Escola de Arquitectura, desde que reconhecida no seu país de origem, durante o ano lectivo de 2006/2007, até ao dia 30 de Outubro.

O Prémio decorre sob anonimato e o registo de inscrição, obrigatório, é gratuito.

*Secretaria del concurso: ACXT, calle José Abascal, 2, C.P. 28003 Madrid Laura Espejo, [lee@acxt.net](mailto:lee@acxt.net) [www.acxt.net](http://www.acxt.net)*

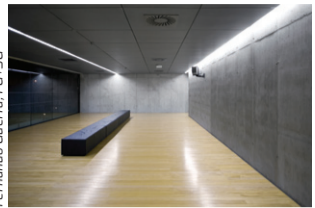
### CONCURSO DE IDEIAS PARA A REVITALIZAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DO PORTO NA ZONA DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

Concurso promovido pela Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A, que conta com o acompanhamento técnico da OA-SRN e designação de Jurado. O concurso foi lançado a 15 de Maio, tendo o Anúncio sido publicado no D.R. n.º 103, de 29 de Maio. A entrega das Propostas decorre até ao dia 31 de Outubro. O Concurso estará disponível através do site da Porto Vivo, SRU - [www.portovivosru.pt](http://www.portovivosru.pt) - e pode ser consultado nas Secções Regionais da Ordem.

*Pelouro da Encomenda e Emprego, OA-SRN Tel. 220 274 250. Fax 220 274 259. [concursos@oasm.org](mailto:concursos@oasm.org)*

### EM PREPARAÇÃO CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA INTERNACIONAL

Entidade promotora: Associação Médica Internacional



Fernando Guerra, FG+SG

**7 > 29****HABITAR PORTUGAL 2005/2007**

Teatro Municipal da Guarda, R. Batalha Reis 12, Guarda; terça a sábado, das 16 às 20h  
**7 Set** Inauguração, 18h  
 A sétima mostra da itinerância nacional conta com a parceria da Câmara Municipal da Guarda/Teatro Municipal da Guarda e o patrocínio exclusivo da Mapei.

Visite a exposição em <http://habitarportugal.arquitectos.pt/pt/index.html>  
 Tel. 271 205 240. Fax 271 205 248.  
[www.tmg.com.pt](http://www.tmg.com.pt)

**7****SISTEMAS TERMICAMENTE MELHORADOS (RPT); FACHADAS/CLARABÓIAS; PÁRA-SOL/SOLUÇÃO HÉLIOS; PERFS PARA REVESTIMENTOS**

DR. JORGE SANTOS (EXTRUSA)

Espaço A, Casa Municipal da Cultura Fernando Távora (ao Teatro Aveirense), Aveiro, 21h30  
 Conferência apresentada no âmbito da exposição de trabalhos dos arquitectos do Núcleo de Arquitectos de Aveiro (NAAV). Segue-se o lançamento do Catálogo da V Exposição do NAAV (> 16).  
 Núcleo de Arquitectos de Aveiro  
 Tel. 234 426 461. Fax 234 426 469.

**12 > 14****PORTUGAL SB07**

SUSTAINABLE CONSTRUCTION, MATERIALS AND PRACTICES CHALLENGE OF THE INDUSTRY FOR THE NEW MILLENNIUM

Instituto Superior Técnico, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Avenida Alves Redol, Lisboa  
 Tel. 253 510 242. Fax 253 510 217.  
[sb07secretariat@civil.uminho.pt](mailto:sb07secretariat@civil.uminho.pt)  
[www.portugalsb07.org](http://www.portugalsb07.org)

**14****A PERCEÇÃO DA COR NO ESPAÇO E NO TEMPO**

ARQ. JOÃO PERNÃO  
 Espaço A, Casa Municipal da Cultura Fernando Távora (ao Teatro Aveirense), Aveiro, 21h30  
 Conferência apresentada no âmbito da exposição de trabalhos dos arquitectos do Núcleo de Arquitectos de Aveiro (NAAV) (> 16).  
 Núcleo de Arquitectos de Aveiro  
 Tel. 234 426 461. Fax 234 426 469.

**> 16****V EXPOSIÇÃO DO NAAV**

Espaço A, Casa Municipal da Cultura Fernando Távora (ao Teatro Aveirense), Aveiro, de terça a domingo, das 14 às 19h  
 Núcleo de Arquitectos de Aveiro  
 Tel. 234 426 461. Fax 234 426 469.



José Manuel Rodrigues

**> 16****A ESTRANHEZA DE UMA COISA NATURAL**

JOSÉ MANUEL RODRIGUES FOTOGRAFA OBRAS DE ÁLVARO SIZA  
 Centro Português de Fotografia (Edifício da Cadeia da Relação), Campo Mártires da Pátria, Porto  
 terça a sexta, das 15 às 18h; sábado, domingo e feriados, das 15 às 19h. Entrada livre.  
 O título da exposição reproduz um comentário de Álvaro Siza a Eduardo Souto de Moura, acerca da sua obra e da reacção das pessoas aos seus trabalhos, que a objectiva de José Manuel Rodrigues parece confirmar. Conta com a parceria institucional da Câmara Municipal de Matosinhos/Centro de de Documentação Álvaro Siza, com a colaboração do Centro Português de Fotografia/Direcção Geral de Arquivos e o patrocínio da Legrand.

**20****REUNIÃO DE OBRA 12**

CASA EM QUELFES, ALGARVE  
 RICARDO BAK GORDON  
 Sede nacional da Ordem, Lisboa  
**20 Set** Conferência + inauguração, 21h  
**>12 Out** Exposição, das 10 às 19h  
[www.oasrs.org](http://www.oasrs.org)

**23****VISITA GUIADA ÀS LINHAS DE TORRES**

POR CLIVE GILBERT (BRITISH HISTORICAL SOCIETY OF PORTUGAL Partida junto da ex-Fundição de Oeiras, 9h30  
 Percurso pelos principais pontos estratégicos da 1.ª e 2.ª Linhas de Torres Vedras (redutos e fortes) e visita ao Museu Leonel Trindade. A visita é organizada no âmbito das Jornadas Europeias do Património 2007 promovidas pelas Câmaras Municipais de Cascais e Oeiras, cujo programa de integra num programa evocativo mais vasto – O Bicentenário das Invasões Francesas – que se prolongará até 2009. (ver também 28 > 29 e 30).  
 Visita condicionada a inscrição e ao limite máximo de 45 participantes.  
 CM Oeiras, Sector de Acção Cultural.  
 Tel. 214 408 529/552.

**28****EXTRA J-A**

SESSÃO III: PROGRAMA  
 Juan Herreros, Fernanda Fragateiro e Rui Mendes  
 Local a designar, 18h30  
[www.oasrs.org](http://www.oasrs.org)

**28 > 29****CICLO DE CONFERÊNCIAS REPENSAR AS INVASÕES FRANCESAS**

**28 Set** Auditório do Centro Cultural de Cascais, Cascais, 9h30-18h  
**29 Set** Cisterna da Fortaleza de São Julião da Barra, Oeiras, 9h30-18h  
 Participação condicionada a inscrição e lotação das salas.  
 CM Oeiras, Sector de Acção Cultural.  
 Tel. 214 408 529/552.



Pancho Guedes

**29****PANCHO GUEDES**

AN ALTERNATIVE MODERNIST  
 SAM - Schweizerisches Architekturmuseum - Steinenberg 7, Basileia, Suíça  
**29 Set** Inauguração, 19h  
**> 20 Janeiro 08** Exposição, terça, quarta e sexta, das 11 às 18h; quinta, das 11 às 20h30; sábado e domingo, das 11 às 17h.  
 «Um quarto de século depois da última exposição sobre Pancho Guedes na Architecural Association, em Londres, inaugura-se agora uma nova mostra sobre este arquitecto na Suíça. Como quase sempre, por detrás desta realização existem várias histórias.

Não se trata só da longa história de um arquitecto de origem portuguesa que, depois de crescer em Moçambique e cursar arquitectura na África do Sul, iniciou a sua excêntrica carreira na cosmopolita Lourenço Marques dos anos 50. Trata-se também de uma história de redescoberta de atitudes e valores arquitectónicos que a história, com frequência, insiste em esquecer ou obliterar. A ideia da actual exposição nasce, assim, após o encontro com um arquitecto e editor italiano que, após alguns minutos de conversa sobre o cenário arquitectónico português num almoço do Archilab em 2002, me pergunta se eu gostaria de escrever um livro sobre o “anti-Siza.”

Percebendo que me testava, disparei: “Sobre o Pancho Guedes?” (...) Percebi então que o fascínio pela obra de Pancho Guedes ultrapassava fronteiras e sugeria uma face obscura – e, no entanto, extraordinariamente luminosa – da arquitectura portuguesa do século XX. Achei, então, que fazer uma exposição seria um bom preâmbulo para chegar a escrever um livro sobre esta história. (...)»  
 Comissariada por Pedro Gadanho (que assina o texto de onde se retiram os extractos reproduzidos, publicado na DIF), trata-se de uma co-produção com o Museu de Serralves, que prepara para o ano de 2008 uma grande mostra retrospectiva do arquitecto, escultor, pintor e professor, nascido em 1925.

O SAM (Museu de Arquitectura da Suíça) acolhe a vida e obra de Pancho Guedes, em diálogo com a mostra de Le Corbusier que inaugura no mesmo dia no Vitra Museum, na cidade vizinha de Weil am Rhein. A exposição é apoiada pelo Instituto Camões e, através da Comissão Tripartida, pela Fundação Gulbenkian, pelo IA e pela FLAD e conta com o patrocínio da Viroc.  
[www.sam-basel.org](http://www.sam-basel.org)

**29****MANHÃS DE ALVALADE**

OS ESPAÇOS VERDES E EQUIPAMENTOS DE ALVALADE  
 com Gonçalo Ribeiro Telles e José Manuel Fernandes  
 Pastelaria Mexicana, Lisboa, 10h

[secretaria2@oasrs.org](mailto:secretaria2@oasrs.org)  
 Tel. 213 241 140/5. Fax 213 241 169  
 Os interessados devem inscrever-se previamente a partir do dia 1 do mês. Depois deverão confirmar a inscrição na visita que custa 10 euros por pessoa (IVA incluído).

**30****HISTÓRIA AO VIVO**

**11h** Terreiro da Fortaleza de São Julião da Barra, Oeiras  
 Recriação de batalha em plena Guerra Peninsular (1808/1814), quando um reduto fortificado é atacado por tropas francesas. Actividade desenvolvida pela Associação Portuguesa de Coleccionadores de Armas/Associação Napoleónica Portuguesa.  
 Entrada livre (Realização sujeita às condições climáticas).

**PERCURSO LÚDICO DE EXPLORAÇÃO**

**15h** Fortaleza de São Julião da Barra, Oeiras  
 Participação condicionada a pré-inscrição e participação máxima de 20 grupos de 5 elementos.  
 CM Oeiras, Sector de Acção Cultural.  
 Tel. 214 408 529/552.

**> 30****LIVRE CIRCULAÇÃO: TOLL FREE**

ARQUITECTOS EUROPEUS EM TRÂNSITO  
 Fábrica da Cerveja no Centro Histórico, Faro, terça a domingo, das 17 às 24h.  
 «(...) O território que os arquitectos europeus partilham não é apenas o solo dos seus países, mas um espaço comum em que as especificidades locais se cruzam com múltiplas referências, fruto das inúmeras possibilidades criadas por esta rede aberta e sem fronteiras. É esta realidade, de que os arquitectos portugueses e o território português constituem parte integrante, que se pretende dar a conhecer nesta exposição.»  
 Luís Tavares Pereira, que assina o texto de apresentação, é o comissário.  
 Tel. 289 897 400.

**TERÇAS TÉCNICAS**

Programa e fichas de inscrição em [www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)

**18****AXOLUTE E MYHOME: COMPLEMENTO DE SOLUÇÕES EM DOMÓTICA**

Auditório da sede nacional, Lisboa, 18h30  
 Promoção: Bticino

**25****A COMPATIBILIDADE DA IMPERMEABILIZAÇÃO COM O ISOLAMENTO TÉRMICO E A ENERGIA SOLAR: REABILITAÇÃO E NOVAS CONSTRUÇÕES**

Auditório ANJE, Casa do Farol, Rua Paulo da Gama, Porto, 18h30  
 Promoção: Quimidois

## FORMAÇÃO CONTÍNUA

**A SUL**

Sílvia Leiria Viegas, arquitecta  
 Tel. 213 241 140/77  
[formacaocontinua@oasrs.org](mailto:formacaocontinua@oasrs.org)  
 Programas, fichas de inscrição e precário em [www.oasrs.org](http://www.oasrs.org) (Formação/Contínua)

**24 SETEMBRO****ABERTAS AS INSCRIÇÕES REN – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL**

Foi publicado a 6 de Setembro, no Diário da República, o Decreto-Lei n.º 180/06, que altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN). Esta é a quinta alteração após a publicação do diploma de 1990 (Decreto-Lei 93/90), que define aquele regime. Acção de formação com o agrónomo e paisagista Oscar Knoblich.

**26 > 27 SETEMBRO****ABERTAS AS INSCRIÇÕES GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA (PROJECT MANAGEMENT)**

FORMAÇÃO INICIAL E AVANÇADA  
 Acção de formação com coordenação da arquitecta Helena Tiago. A acção avançada, no segundo dia, destina-se a quem já está familiarizado com o tema ou frequentou a formação inicial.

**31 OUTUBRO****ABERTAS AS INSCRIÇÕES INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – REGIME JURÍDICO**

Estando em curso a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a acção de formação pretende esclarecer os arquitectos sobre a nova proposta regulamentar, com coordenação do arquitecto Leonel Ferreira.

**OUTUBRO > NOVEMBRO****ABERTAS AS INSCRIÇÕES CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ACÚSTICA DE EDIFÍCIOS**

Conforme deliberação do CDN, a Secção Regional do Sul apenas emite a declaração aos membros que frequentaram e obtiveram aproveitamento nas acções de formação em projecto de condicionamento acústico promovidas pela Ordem em parceria com a Sociedade Portuguesa de Acústica (SPA). A emissão da referida certidão (ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Regulamento de Certidões em vigor) habilita os membros, que frequentaram a formação e obtiveram aproveitamento, para a elaboração destes projectos. Organizado em parceria com a SPA o Curso funciona em horário pós laboral. O formando deverá efectuar uma prova teórica (teste) e uma prática (execução de projecto) com resultado positivo, no final do curso, para que possa ficar habilitado a exercer a prática profissional no âmbito a que se propõe.

**22 > 23 NOVEMBRO****ABERTAS AS INSCRIÇÕES INTRODUÇÃO AO NOVO REGULAMENTO GERAL DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS**

Acção de formação coordenada pelo arquitecto Manuel Farmhouse.

**DATA A DEFINIR URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – REGIME JURÍDICO**

Estando em curso a revisão do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação estabelecido pelo Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 177/2001, de 4 Junho, a acção de formação pretende esclarecer os arquitectos sobre a nova proposta regulamentar. Esta acção terá a coordenação do consultor jurídico da OA-SRS, Dr. Saraiva de Lemos.

**INTRODUÇÃO À PEREQUAÇÃO**

Jorge Carvalho e Fernanda Paula Oliveira são os formadores de uma acção destinada a esclarecer as inúmeras dúvidas que são levantadas pela lei em vigor (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro).

**PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CONCURSOS**

Formadores: arquitectos João Ferrão e João Costa Ribeiro (ateliê E-studio) e Carlos Abrantes (do serviço de concursos da OA-SRS). A formação parte da abordagem profissional de dois arquitectos à elaboração de propostas para concursos de arquitectura.

**PERITOS QUALIFICADOS – RCCTE**

A OA-SRS promove, em colaboração com a Agência para a Energia, um curso de especialização para os peritos qualificados que vão proceder à certificação energética em edifícios abrangidos pelo RCCTE.

**EM PREPARAÇÃO EMPREENDIMENTOS TURÍSTICO: ENQUADRAMENTO LEGAL**

Formadores: Dr.ª Cristina Siza Vieira e Arquitecto Paulo Martins Barata (a confirmar)

**A NORTE**

Teresa Cáliz / Bárbara Belo / Catarina Cadima  
 Tel. 222 074 250.  
[formacao@oasrn.org](mailto:formacao@oasrn.org) / [www.oasrn.org](http://www.oasrn.org)

**8 OUTUBRO, 17H30****CICLO DE MATERIAIS E TECNOLOGIAS LASERBUILD**

Acessórios e Ajudas Técnicas para casas de banho públicas e particulares... com tráfego elevado, médio ou para um indivíduo. A Laser Build, Lda apresenta as soluções das suas representadas Mediclinics, Bobrick, Ponte Giulio, Brocar, assim como a solução de comunicação multimédia ADtop, as versáteis grelhas decorativas de protecção em aço inoxidável Euroslot e, os sistemas de revestimento e protecção de paredes SPM para espaços hospitalares, clínicas, escolas, etc.... no âmbito do Ciclo de Materiais e Tecnologias, promovido pela OA-SRN. A Laser Build Lda. é uma empresa certificada ISO 9001 no aconselhamento e comercialização de equipamentos para I.S. e a sua equipa comercial vai estar disponível para responder às vossas solicitações.





## CELESTINO DE CASTRO (1920-2007)

Foi uma figura central do modernismo português; porém, embora referenciado em muitas publicações, o seu trabalho que se confunde com a sua vida, é pouco conhecido.

Entrevistei-o em 2004<sup>1</sup>, para falarmos sobre o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948) e o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (publicado pela 1.ª vez em 1961 e recentemente reeditado pela Ordem<sup>2</sup>) e acabámos a falar da sua vida, de Portugal, da União Soviética e do Mundo de hoje. (...)

Para além da sua participação nestes dois momentos históricos, para aquilo que entendemos hoje como arquitectura portuguesa, Celestino de Castro, teve um percurso profissional e de vida indissociável da história de Portugal. Tem algumas encomendas de projectos nos anos 50, usufruindo de uma certa abertura do regime; nos anos 60 é obrigado “a mergulhar” na clandestinidade (1963) e, dois anos mais tarde, a exilar-se em França (1965). Regressa a Portugal em 1974, trabalhando fugazmente na Câmara Municipal de Lisboa, para mais tarde vir a desempenhar funções na Direcção Geral das Construções Hospitalares até Junho de 1990.

A sua experiência de vida, de liberdade e de falta dela, de trabalho em França, de viagens de Moscovo a Washington, de sonho e utopia para aquilo que, mantendo-se sempre fiel aos seus princípios, entendia ser o caminho para a emancipação do seu povo torna-o, uma figura incontornável da arquitectura portuguesa do séc. XX.

“É preciso perceber o contexto” – é desta forma que Celestino de Castro sempre iniciava qualquer discurso sobre o Congresso de 48. Celestino de Castro dizia só ter tido contacto com as propostas do movimento moderno a partir de 1945 (com o fim da II Grande Guerra Mundial)<sup>3</sup>. Antes, dizia, os livros não entravam e a informação não chegava.

“Em Fevereiro de 46 comprei o meu primeiro livro do Le Corbusier.” Existe um documento, em particular, que irá ter uma enorme importância para a nova geração de arquitectos portugueses. No quadro do IV CIAM (Pátris, 1933) foi elaborado um documento colectivo, que ficou conhecido para a posteridade como “Carta de Atenas” e, que seria publicado dez anos mais tarde por Le Corbusier (1943)<sup>4</sup>. Celestino de Castro e Francisco Castro Rodrigues fizeram a primeira tradução integral para português, publicando-a entre Janeiro e Dezembro de 1948 na revista “Arquitectura”.

A abertura do regime, em virtude do fim da guerra, e apesar da difícil situação económica do país, produz uma intensa circulação e produção de informação. Os arquitectos, sobretudo as gerações mais novas, centradas em torno de duas organizações culturais ODAM (Porto) e ICAT (Lisboa)<sup>5</sup>, procuram pôr em causa aquilo que se entende como «casa portuguesa» ou «arquitectura de feição nacional» reivindicando que se faça um levantamento daquilo que é a arquitectura popular.

(...) Chegados ao Congresso de 48 verifica-se que a classe está dividida entre aqueles que defendem “as exigências de um portuguesismo na Arquitectura”<sup>6</sup> e aqueles que já absorveram o pensamento moderno e aspiram ao internacionalismo. Contudo aquilo que seria pouco provável no sistema em que se vivia sucedeu – as conclusões do Congresso são claramente favoráveis aos (maioritariamente jovens) arquitectos do pensamento moderno. Esta situação não é propriamente o resultado espontâneo de uma tendência expressa no local e dias do Congresso. Conforme refere, “as teses já estavam feitas”. Celestino entende que o momento determinante em que se define a forma e conteúdos resultantes do Congresso é a noite em que é votada, no então Sindicato Nacional dos Arquitectos, a Comissão Executiva.

“O grupo do ICAT conseguiu no sindicato (por um voto) que o Secretário-geral do Congresso fosse eleito um homem que não era do fascismo – o Paulo Cunha. (...) Era importante porque nessa altura [1948] o Sindicato dos Arquitectos estava na mão do Telmo... do Pardal Monteiro...”<sup>7</sup>

Mais tarde no Congresso apenas se verificaria aquilo que já se sabia. Existia uma nova geração de arquitectos modernos tanto em Lisboa (em torno de Keil do Amaral e do ICAT) como no Porto (em torno de Carlos Ramos e do ODAM) atentos àquilo que se passava no resto do Mundo e de cariz marcadamente internacionalista.

De acordo com Celestino de Castro, a generalidade dos arquitectos que se constitui em torno do ideário moderno tinha uma conotação política de esquerda e, sobretudo no Porto, existia uma forte presença de comunistas. Tanto o ODAM como o ICAT serviram em 1949 como estruturas de base para o MUD e apoio à candidatura do General Norton de Matos.

Os tempos pós-congresso não são de fechamento nem de repressão naquilo que diz respeito à classe. Os arquitectos portugueses passam a conhecer-se melhor e começam a viajar frequentemente ao estrangeiro. As viagens tanto aos CIAM como aos Congressos da UIA são de vital importância. Esta nova geração passa também a ter muito trabalho, sobretudo em Lisboa, como consequência dos planos de Duarte Pacheco, começando a projectar cidade e edifícios

públicos de escalas significativas. Poder-se-á dizer que nos anos 50 e até ao início da guerra colonial, existe uma vanguarda intelectual profundamente moderna na qual se concentra a maioria da encomenda pública (muitas vezes ganha através de concurso público). Contudo, também nesta época, muitos projectos foram sendo bloqueados, por serem considerados «muito radicais». É o caso da proposta de Celestino de Castro, Huertas Lobos (1914-1987), Hernâni Gandra (1914-1988), Francisco Castro Rodrigues (1920) e João Simões (1908-1994)<sup>8</sup> para a Avenida dos Estados Unidos da América. Mas outros projectos foram sendo bloqueados por motivos mais «ideológicos»:

“Trabalharei comigo, o Pedro Cid e o Vasconcelos Esteves. Era o Concurso da Federação das Caixas de Previdência e vencemos um para a Guarda e ficámos em terceiro em Viana do Castelo, contudo, o Governo inverteu o sistema, dizendo que os projectos deveriam ser feitos por arquitectos da região.”

A 19 de Outubro de 1955 o Governo fez publicar em Diário da República o Decreto-Lei nº 40 349 que viria a dar cumprimento a uma das reivindicações dos arquitectos – o inquérito à arquitectura popular. (...). Celestino refere que parte para o inquérito “por necessidade” pois havia sido pai recentemente e estava quase sem trabalho (Paula Lobo, 2004). Contudo reconhece, que o levantamento da arquitectura da zona do Algarve, extremo meridional do Baixo Alentejo, bacia do Sado e Alentejo Litoral, foi uma experiência que o marcou para toda a vida:

“Em certas habitações ficava emocionado e perguntava: O que é isto? Eram mestres que nunca tiveram ensino.”

Diz que encontrou na arquitectura popular portuguesa o «espírito do CIAM», “tudo muito adaptado ao seu próprio sítio, para resolver problemas concretos”; dos espigueiros do Lindoso às açoteias algarvias.

“As casas eram tradicionais na aplicação dos materiais, não na arquitectura!”

Reconhece a influência daquilo que viu no Inquérito na sua própria arquitectura. Sobretudo nas casas de Pinhel e Braga, na forma de utilização do granito, refere que o próprio Le Corbusier no início de carreira teria tido uma forte influência da arquitectura popular<sup>9</sup>.

Com o início da Guerra Colonial e com um endurecimento do regime, Celestino de Castro é obrigado a «mergulhar» na clandestinidade em virtude da sua militância no PCP – desde 1953 pela mão do pintor José Dias Coelho e até aos dias de hoje – partindo dois anos mais tarde para França onde se irá exilar até ao 25 de Abril. Celestino destaca o papel de Rafael Botelho (já o conhecia do Gabinete da Urbanização de Almada) que foi quem o ajudou a encontrar o seu primeiro emprego em Paris. Durante estes nove anos, Celestino de Castro, desenvolve actividade em alguns gabinetes particulares e nos Serviços de Construções e Jardins do Senado. Em França, também adquiriu experiência em projectos de instalações hospitalares. A 28 de Abril de 1974, regressa a Portugal só para assistir ao 1.º de Maio, num voo de exilados políticos entre os quais estavam Álvaro Cunhal e Domingos Abrantes.

“O primeiro 1.º de Maio: foi uma coisa extraordinária! (...) Uma coisa um pouco semelhante aquilo que se sentiu quando Paris foi libertada pelas hostes nazis.”

Em Setembro de 1974 regressa definitivamente a Portugal.

Trabalha na Câmara Municipal de Lisboa durante alguns anos, ligado aos SAAL do Bairro Chinês. “Foi um período muito curto. Não construímos nada mas ajudámos a por saneamento e abastecimento de água...” – diz Celestino. Ainda na década de 1970 ingressa na Direcção Geral de Construção de Edifícios Hospitalares, na qual permanecerá até 1990, e onde irá projectar o Pavilhão de Citologia e o Pavilhão de Consultas Externas do Hospital de Santo António e o Hospital de Guimarães.

(...) Sobre a arquitectura actualmente feita em Portugal, lamentava a falta de um pensamento de planeamento de cidade e a pouca utilização dos concursos públicos como forma de atribuição da encomenda. Entendia contudo, que aquilo a que chama «universalização da arquitectura» não porá em causa as características próprias da arquitectura portuguesa.

Tendo em linha de conta tudo aquilo que viu e viveu, não hesitou quando lhe pedi para enunciar o principal denominador comum da arquitectura portuguesa que perpassa épocas e lugares: “A característica principal da arquitectura portuguesa é uma certa modéstia sem perda de qualidade”.

TIAGO MOTA SARAIVA

versão integral do texto em [www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)

### NOTAS

**1** CELESTINO DE CASTRO, in entrevista/vídeo a Tiago Mota Saraiva – Lisboa 2004, espólio da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. **2** AAVV (2004), “Arquitectura Popular em Portugal”, 4.ª edição, Vols I e II. Lisboa: Ordem dos Arquitectos [Lisboa 1961]. **3** À época ainda estudava na EBAP dirigida pelo Prof. Marques da Silva (que foi seu professor no 1.º e 2.º anos, no 3.º ano teve como professor Manuel Marques) que já tinha sido professor do seu pai. Ao contrário do que algumas vezes tem sido publicado, Celestino nunca chega a ser aluno do Mestre Carlos Ramos que, entretanto se tornará director da escola. Por motivos familiares, faz o percurso inverso daqueles que, pretendendo beneficiar do clima de abertura, se deslocaram para a escola do Porto em conflito com a escola de Lisboa, dirigida por Cristiano da Silva. Assim faz o CODA em 1951, na EBAL, onde apresenta o projecto da casa HJB na Rua de Santos Pousada no Porto. **4** CORBUSIER, LE (1943), “La Charte d’Athènes – Travaux du 4ème CIAM”, Paris: Plon. **5** Na entrevista, referiu a importância das duas associações ODAM (Porto) e ICAT (Lisboa) como agentes de promoção, desenvolvimento e organização das ideias do movimento moderno. **6** TELMO, COTTINELLI, “Arquitectura Nacional – Arquitectura Internacional”, in “I Congresso Nacional de Arquitectura - Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 61-65. Neste texto defende que a arquitectura internacional, “e porque não dizê-lo: comunista” serve “certos propósitos de assimilação do mundo num poder único, de fusão das várias pátrias na pátria dos sem pátria” **7** Três semanas após o entrevistar telefonou-me a referir ainda a importância de uma visita de arquitectos de Lisboa ao Porto em 1947. Esta viagem serviu para visitar algumas obras, entre as quais a Casa de Ofir, mas também, e sobretudo, para travar conhecimentos e amizades. **8** Revista “Arquitectura”, n.º 50-51, Nov-Dez. 1953. **9** Referiu como exemplo as casas de fim-de-semana, em especial a Casa Mandrot em Pradet (1930), França.

O “IAP XX” regista 4 obras de Celestino de Castro



HJB – Habitação José Braga, Porto (1950/51)



Hospital de Guimarães (1991)

## MEMÓRIA

A existência de Celestino de Castro terá sido plenamente representativa da vida de um arquitecto-resistente, em Portugal, no século XX, durante o Estado Novo. No campo da ideologia, da prática política e do próprio acto de projectar. Por isso e com especial violência sobre ele caiu a fúria e a perseguição. Foi-lhe cerceada a carreira no funcionalismo, retirada a encomenda pública e obrigado ao exílio em circunstâncias de dramatismo que foram desde a penosa caminhada “a salto” ao modesto hotel em Paris e, no ostracismo, ao rotineiro trabalho de manutenção do edifício do Senado de França. Tudo isto retiro da memória e de esparsos comentários porque no convívio que mantivemos desde o “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”, raramente o ouvi falar de si e muito menos o ouvi gabar-se. E recorde-se que naquela tarefa apesar de ser dos mais velhos e experientes assumiu-se, como “esgalhante” e fez o trabalho de campo, pelos Algarves e Alentejo ao guiador da Lambretta.

Não seria fácil o convívio com Celestino de Castro porque as arestas de um pensamento e de uma actuação cristalina não se moldavam às circunstâncias nem às transigências a que qualquer interlocutor, fosse quem fosse, o pretendesse conduzir. Da grande oportunidade que me foi dada de conviver com os monstros sagrados dessa geração retenho como património, além dos grandes ensinamentos e da fidelidade a princípios, a riqueza “das pequenas histórias”, vividas ou ouvidas, muitas vezes fornecendo esboços de personalidades ou aliterceres de grande História.

O Celestino nunca usava gravata. Por comodidade mas também, talvez, por princípio a camisa era abotoada até ao último botão, o do colarinho, e daí resultava um toque proletário em contraste com a figura seca e as feições de uma certa aristocracia. Um dia, conta-se, que para a inauguração de uma exposição na Sociedade Nacional de Belas Artes a que esteve ligado e que contaria com a presença do Presidente da República, Óscar Carmona, alguém lembrou ao Celestino, e acabou por convencê-lo, com espantosa facilidade, que teria de trazer gravata. E no dia da inauguração ele botou gravata: de cetim fulgurante, vermelho vivo, onde, pintada a óleo, uma salerosa sevilhana se exibia no flamenco, braços ao alto, a tocar castanholas. De tal forma que todos lhe disseram que seria mais apropriado receber o Marechal sem gravata, o que ele fez sem alarde satisfeito, por, daquela forma, ter demonstrado o significado simbólico, ou a insignificância do atavio.

Na ODAM, no desenho das moradias da Rua do Amial, no “Inquérito”, nos Olivais, nas Construções Hospitalares, depois do 25 de Abril, em projectos que até há pouco desenhara, no Sindicato, na militância no PCP, sempre o mesmo rigor e uma fidelidade inabalável aos princípios em que acreditou.

Surge, de quando em quando, com frequência crescente de algum tempo a esta parte, a questão de saber se a liberdade de expressão no campo da arquitectura sofreu efeitos repressivos durante o Estado Novo e se o fazer moderno ou “português suave” era uma opção pessoal, uma questão de estilo, e se o desenho é politicamente neutro e que não houve censura e sobre tudo isto se estende o véu do branqueamento.

A resposta está escrita na vida do Celestino. Os blocos que, juntamente com Huertas Lobo, João Simões, Hernâni Gandra e Francisco Castro Rodrigues, projectou para a Avenida dos Estados Unidos em Lisboa, foram rejeitados pela carga ideológica que cada traço do seu desenho continha: a generosidade das galerias e dos espaços comuns a sugerir convívios, os duplexes e novas concepções da vida familiar, o humanismo e a globalização das ideias, continha, para o poder instalado, perigosos germes de subversão que seria necessário eliminar.

FRANCISCO DA SILVA DIAS